

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.454 - PR (2019/0218472-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : L G
ADVOGADO : ALEXANDRE PIMENTEL NEIVA DE LIMA - PR025792
AGRAVADO : S DE F L L
ADVOGADO : CHRYSTINA LANGNER - PR055174

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. VIABILIDADE. ASSEGURAR FUTURA AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO. AÇÃO DE PATERNIDADE. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por L. G., com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 517-518):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS COM PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INTENTO DE 1. INTERESSE DE AGIR. CONFIGURAÇÃO RESGUARDAR HERANÇA FUTURA. NÃO VERIFICAÇÃO. RELEVANTE EVENTUAL E FUTURA FINALIDADE DE ASSEGURAR . ART. 496 DO CÓDIGO AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO CIVIL.

- É manifesto o interesse de agir da parte autora no ajuizamento de demanda de exibição de documentos, com caráter de produção antecipada de provas, em que busca assegurar a viabilidade de eventual e futura ação de anulação de ato jurídico, na forma do art. 496 do Código Civil (venda de ascendente a descendente sem o necessário consentimento).

- Afasta-se, assim, a extinção do feito por ausência de interesse de agir, pois não verificada a discussão acerca de herança de pessoa viva.

CAUSA APTA PARA 2. JULGAMENTO DE MÉRITO. POSSIBILIDADE.

JULGAMENTO. ART. 1.013, §3º, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

- Resta viabilizado o julgamento do mérito do pedido, quando, em

reforma à sentença fundada no art. 485 do CPC, verifica-se que a causa está apta para julgamento.

ALEGADA SIMULAÇÃO. RECEIO PERTINENTE. INVESTIGAÇÃO 3. DE PATERNIDADE EM CURSO. QUEBRA DE SIGILO FISCAL. INTERVENÇÃO JUDICIAL JUSTIFICADA. COM PROCEDÊNCIA EM PARTE DO PEDIDO.

- A alegada simulação que recairia sobre as disposições patrimoniais da parte ré justifica a pretendida quebra do sigilo fiscal almejada pela autora, devidamente resguardado o sigilo das informações até o imprescindível trânsito em julgado da decisão que reconhece a paternidade do réu em relação à mesma.

- Passível de reforma a sentença, para que se afaste a extinção do feito sem resolução do mérito, julgando-se em parte procedente o pedido, considerando-se que o futuro acesso às declarações de imposto de renda do réu é medida suficiente para o alcance do intento ambicionado pela autora.

4. REDISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO. PARCIAL PROVIMENTO DO PEDIDO. RESPONSABILIDADE A SER ARCADADA POR AMBAS AS PARTES. CORREÇÃO DE POSSÍVEL ERRO MATERIAL CONTIDO NA SENTENÇA.

- O parcial provimento do pedido, que confere reflexos relevantes ao desfecho final atribuído ao processo, impõe a redistribuição da sucumbência fixada na sentença, de modo a melhor retratar a medida de êxito das partes litigantes.

- Para tanto, observa-se possível erro material contido na sentença, que atribuía a responsabilidade pelo pagamento integralmente à parte ré, apesar de extinguir o feito sem resolução do mérito.

Apelação cível conhecida e provida.

Pedido julgado parcialmente procedente.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 533-544), o recorrente alegou violação aos arts. 379, 382 e 485, VI, do CPC/2015.

Sustentou, em síntese, que a recorrida "carece de interesse processual, pois não há interesse jurídico na produção antecipada de provas que visam a proteção de direitos eventuais e genéricos como 'preservar eventual e futuro direito à anulação' de 'eventual disposição patrimonial' ante a 'suspeita de simulação nos negócios realizados', sob o intuito de burlar seus direitos hereditários", não havendo justificativa para o ajuizamento da demanda (e-STJ, fl. 541).

Ressaltou que a decisão proferida na ação de investigação de paternidade ainda não transitou em julgado, não sendo exigível o consentimento da recorrida para a transferência do patrimônio.

Postulou, ao final, o reconhecimento da falta de interesse processual da parte adversa, com a consequente extinção do processo sem o julgamento do mérito. Subsidiariamente, pleiteou a improcedência da ação quanto ao mérito, a fim de afastar a quebra de seu sigilo fiscal.

A decisão da Primeira Vice Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná deixou de admitir o recurso especial por incidência da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 582-583).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 591-600 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Ao analisar a questão jurídica dos autos, o Tribunal de origem consignou os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 519-523):

Pois bem, o interesse de agir da autora é manifesto, pois eventual disposição patrimonial que deixe de observar o disposto no art. 496 do Código Civil é passível de anulação.

[...]

Havendo manifesta dissonância de entendimentos, como visto, maior cautela há no reconhecimento do interesse de agir da autora/apelante, a fim de se preservar eventual e futuro direito à anulação sinalizada, que embasa no art. 496 do Código Civil.

No caso dos autos, a autora/apelante alicerça seu pedido na paternidade que atribui ao réu/apelado, que se encontra em discussão nos autos nº (número antigo: 0000851-61.2008.8.16.0188 autos nº 1304/2008), da 4ª Vara de Família e Sucessões de Curitiba – Foro Central.

Naquele feito, o pedido da autora foi julgado improcedente no primeiro grau de jurisdição, porém, perante este Tribunal, por ocasião do julgamento da Apelação Cível nº 1.244.540-2 (movs. 1.4, 9.4 e 14.7), de Relatoria da Desembargadora Denise Krüger, foi reformada a sentença, reconhecendo-se a mencionada paternidade, com base na presunção do vínculo (Súmula 301 do STJ: “Em ação investigatória, a

recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris). tantum de paternidade” Após o acórdão, o ora apelado interpôs Recurso Especial (mov. 14.9) e Recurso Extraordinário (mov. 14.10), aos quais foi negado seguimento (mov. 14.11).

Em face dessa decisão, interpôs o réu Agravo ao STJ (mov. 14.12) e ao STF (mov. 14.13).

Segundo se apurou, ao AREsp, que recebeu no STJ o nº , foi negado 975380-PR seguimento, com rejeição também dos Embargos de Declaração opostos pelo lá recorrente. Não há informações atualizadas do ARE.

Portanto, a princípio, a decisão que reconhece a paternidade da autora ainda não transitou em julgado, como ela própria admite em seu apelo, porém, está na iminência de receber julgamento definitivo, dada a avançada fase processual.

Com isso, não se pode negar que a apelante possui interesse no pedido de exibição (produção antecipada de provas), sobretudo em razão do prazo prescricional para o eventual ajuizamento da ação principal que sinaliza (anulação de ato jurídico).

Independentemente do desfecho que a eventual demanda venha a receber, não se podendo adentrar no mérito do que virá a ser o pedido principal, a autora/apelante, na qualidade de possível descendente do apelado, possui interesse na pretensão de anulabilidade suscitada.

Resta afastada, portanto a extinção do processo sem resolução do mérito imposta na sentença (art. 485, inciso VI, do CPC), reconhecendo-se o interesse de agir da autora.

[...]

Assim, o pedido de reforma da sentença é pertinente, podendo o pedido ser julgado no mérito, comportando, após análise detida, a , a fim de se determinar a parcial procedência do pedido, para exibição de suas quebra apenas do sigilo fiscal do réu/apelado declarações de imposto de renda, conforme postulado pela autora/apelante desde 2002 Os documentos obtidos, todavia, devem ficar retidos junto à escritania, até que se perfectibilize o trânsito em julgado da decisão que reconhece a paternidade do réu em relação à autora.

Como se depreende, o acórdão recorrido concluiu pela configuração do interesse processual da autora, ora recorrida, no tocante ao ajuizamento da ação de produção antecipada de prova, determinando, outrossim, a quebra do sigilo fiscal em relação às declarações de imposto de renda do recorrente, nos termos postulados.

Dessa forma, não é possível a revisão do julgado sem a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em R\$ 300,00 (trezentos reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator